



## PORTARIA COREN-ES Nº 248/2020

### **Designa conselheira para emissão de parecer fundamentado referente aos fatos citados no PAD 1700/2020**

O Conselho Regional de Enfermagem do Estado do Espírito Santo, no uso da competência consignada no inciso XIV, do art. 15, da Lei nº 5.905/73, e tendo em vista os incisos XIII e XXXII do art. 20 do Regimento Interno da Autarquia;

**CONSIDERANDO** a denúncia formulada pela Enf<sup>a</sup> B. A. M. Peixoto em da Técnica de Enfermagem J. F. de Almeida por suposta prática irregular no exercício da enfermagem praticada no PA de Anchieta;

**CONSIDERANDO** o Despacho Presidencial nº 3620/2020, expedido em 15 de dezembro de 2020;

Baixa as seguintes determinações:

**Art. 1º** – Designar a conselheira **Rosane Baptista Aleixo, registro nº 513672 - TE** para, no prazo de 10 (dez) dias, emitir parecer fundamentado, conforme o art. 26 da Resolução Cofen nº 370/2010, esclarecendo se os fatos relatados na denúncia apresentada têm indícios de infração ética e se preenchem as condições de admissibilidade para abertura de processo ético:

**Art. 26.** Quando não couber conciliação, o Conselheiro Relator deverá, no prazo de 10 (dez) dias, emitir parecer fundamentado, esclarecendo se o fato tem indícios de infração ética ou disciplinar e indicando os artigos supostamente infringidos do Código de Ética, ou de outras normas do Sistema Cofen/Conselhos Regionais, bem como se preenche as condições de admissibilidade, após o que o parecer será submetido à deliberação do Plenário.

**§1º.** Em caso de necessidade, para subsidiar o parecer, o Conselheiro Relator poderá realizar ou solicitar averiguação prévia, interrompendo-se o prazo previsto no caput deste artigo.

**§2º.** A deliberação do Plenário terá início após a leitura do parecer do Conselheiro Relator, que emitirá seu voto.

**§3º.** A seguir, será franqueada a palavra aos demais Conselheiros, ocasião em que poderão solicitar vista, desde que devidamente fundamentada, e, caso seja concedida, a votação será suspensa até a próxima reunião de Plenário.

**§4º.** Apresentado voto divergente, será retomada a votação.

**Art. 2º** - A conselheira fará jus ao recebimento de 01 (um) auxílio representação no exercício da atividade, cuja comprovação estará registrada em Relatório de Atividades, conforme Decisões Coren-ES nº 037/2019 e nº 084/2019;



**Coren<sup>ES</sup>**  
Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo  
Filiado ao Conselho Internacional de Enfermagem – Genebra

**Art. 3º** - O Parecer de Conselheira será emitido sob o nº 092/20.

**Art. 4º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando todas as disposições contrárias.

Vitória (ES), 30 de dezembro de 2020.

Dra. Andressa Barcellos de Oliveira  
Coren-ES nº 105712  
Conselheira Presidente

Dr. Leonardo Campagnani da Silva Ferreira  
Coren-ES nº 297852  
Conselheiro Secretário

ABO//JFDS